**Talcott Parsons: A teoria geral da ação e seu legado**

**Frédéric Vandenberghe[[1]](#footnote-1)**

Hoje em dia, Pierre Bourdieu é o *hegemon* no campo da sociologia mundial. Graças ao seu estruturalismo genético e à articulação rigorosa dos conceitos de campo, habitus, prática e violência simbólica numa teoria da produção, distribuição e consumo de bens culturais, temos uma linguagem em comum. Podemos mesmo conversar com antropólogos. Meio século atrás, o sociólogo norte-americano Talcott Parsons, de Harvard (1902-1979), ocupou a mesma posição dominante dentro do campo.[[2]](#footnote-2) Era possível opor-se a Parsons, mas não ignorá-lo. O seu sistema de conceitos analíticos, tais quais sistema cultural, socialização, institucionalização, papel, variáveis de padrão, AGIL etc. dominou por vinte ou trinta anos o campo da sociologia mundial do pós-guerra. “Teórico incurável”, como ele se referiu a si mesmo, Parsons desenvolveu, no mais alto grau de abstração e com uma precisão analítica inigualável, um quadro de análise englobante acerca do sistema social que integrou Durkheim, a teoria da ação de Max Weber, a psicanálise de Freud e o funcionalismo de Malinowski no seio de uma teoria geral que pretendia unificar as ciências sociais (a economia, a ciência política, a antropologia, a sociologia e a psicologia social).[[3]](#footnote-3) O resultado foi uma complexa teoria cultural-funcionalista e sistêmica da ação cuja quintessência podemos, talvez, sintetizar numa única frase: “*Action is system*” (apud Luhmann, 2009: 44) – frase que supera, de um só golpe, a oposição tradicional entre uma teoria da ação e uma teoria do sistema.

À medida que desenvolvia progressivamente sua teoria unificada das ciências humanas, ele realizava também pesquisas mais empíricas (reunidas em sete volumes) sobre temas mais específicos, tais como as profissões modernas, as organizações, a educação, a estratificação, as famílias, a saúde mental, o papel do doente, a cultura da contestação, o desvio, a democratização, o direito, a burocracia, a secularização e a ciência, os quais ele se esforçava por integrar, em seguida, numa teoria comparativa da modernização.[[4]](#footnote-4) Parsons foi cada vez mais contestado em fins dos anos 60 pela nova esquerda – que recusava seu funcionalismo em razão de seu conservadorismo, consensualismo, idealismo, positivismo, evolucionismo, americanismo etc. – e pela microssociologia – que contestava o afastamento da ação e da interação que marcava a passagem para a teoria dos sistema. Apesar disso, ele influenciou significativamente todas as grandes teorias sociológicas do pós-guerra (Harold Garfinkel, Randall Collins e Jeffrey Alexander nos Estados Unidos; David Lockwood, Anthony Giddens e Nicos Mouzelis na Inglaterra; Niklas Luhmann, Jürgen Habermas e Richard Münch na Alemanha, Alain Touraine e François Bourricaud na França). Mesmo com a sua perda de popularidade, Parsons ainda é uma referência incontornável na teoria social contemporânea.[[5]](#footnote-5) Como disse Jürgen Habermas (2012, II: 360): “Nenhuma teoria da sociedade que passe por alto da obra de Parsons pode ser levada a sério”.

**Três sínteses**

Ao perseguir seu projeto de unificação e integração das ciências sociais em uma teoria geral da ação, na qual a teoria sociológica não representa senão um segmento, Parsons propôs três sínteses teóricas (teoria da ação, estrutural-funcionalismo, teoria dos sistemas). Para se orientar em sua vasta obra, é essencial distinguirmos os períodos de sua produção e localizarmos cada texto em seu momento correspondente. Em geral, pode-se dizer que a primeira fase consiste numa reconstrução teórica e metateórica dos clássicos numa teoria da ação; que a segunda fase elabora o estrutural-funcionalismo como uma teoria da ordem social; e que a terceira fase, a mais técnica e a mais difícil, desenvolve a teoria dos sistemas. Apesar das rupturas evidentes, há também uma continuidade notável que a frase de Luhmann citada (“A ação é sistema”) capta bem: se a primeira fase se caracteriza pela análise do conceito de ação, a segunda fase concebe o resultado dessa análise em termos de um sistema, com ênfase na ordem e no equilíbrio desse sistema. A terceira fase, por seu turno, consiste no desenvolvimento da segunda fase em termos de um modelo cibernético dos sistemas sociais e de uma teoria evolucionista da mudança social. Aqueles que se interessam mais pela interpretação dos clássicos e pelos fundamentos da teoria social deveriam explorar mais a primeira fase. Aqueles que querem conhecer o funcionalismo normativo e estudar a relação entre normas, valores, socialização e papéis na estruturação da sociedade deveriam estudar a segunda. Finalmente, aqueles que têm mais interesse pela análise da modernidade deveriam tentar adentrar os escritos do último Parsons (e – por que não? – continuar com o estudo da teoria dos sistemas de Luhmann).

Primeira síntese: *Teoria voluntarista da ação*. Em 1937, Parsons publica *The Structure of Social Action* (Parsons, 2010).[[6]](#footnote-6) A partir de uma leitura de Max Weber, Durkheim, Pareto e Marshall, ele propõe uma teoria voluntarista da ação como primeira síntese teórica. Contra o utilitarismo e o behaviorismo, que reduzem a ação a um comportamento determinado pelas constrições materiais do meio, ele insiste, com os idealistas (especialmente Durkheim), sobre a importância dos valores e das normas, visto que, sem elas, a ordem social se tornaria inconcebível, para não dizer impossível, e a sociedade degeneraria forçosamente em uma “luta de todos contra todos” (Hobbes). E o faz, no entanto, sem recair no idealismo, ao sistematizar também a variedade de condições materiais e objetivas de possibilidade desta mesma ação. Assim, na conclusão de seu livro clássico, ele propõe o quadro de análise de base que define os princípios e os elementos necessários que constituem, precisamente, a estrutura da ação social. A ideia central é que a ação forma um sistema composto pelos seguintes elementos: um *ator* hipotético; um *fim*, entendido como um estado por vir que o ator se esforça em realizar; uma *situação de ação,* compreendendo simultaneamente elementos que escapam ao controle do ator e que condicionam a sua ação, e elementos que ele pode controlar e manipular enquanto meios para realizar seus fins; e, enfim, uma *orientação normativa* que determina em parte os fins e que impõe restrições normativas quanto à escolha dos meios. Dito de outro modo, se pretendemos escapar tanto ao determinismo como, por outro lado, ao idealismo – ambos em suas mais variadas modalidades e manifestações – na explicação da ordem social, se nos impõe sempre analisar a *ação social* de uma maneira multidimensional como um sistema conceitual composto, fundamentalmente, por um ator que toma decisões subjetivas concernentes aos meios em vista de um fim, sempre no seio de uma situação de ação, a qual é determinada tanto por ideias, valores e normas, como, indissociavelmente, por condições materiais.

Para bem entender sua teoria da ação, é importante relacioná-la à pesquisa empírica. Sua formulação tem que ser vista no contexto de sua pesquisa doutoral, em Heidelberg, sobre as teorias do capitalismo (Weber e Sombart) (Parsons, 1991). Como Weber, cuja *A ética protestante e o espírito do capitalismo* ele traduziu para o inglês, Parsons queria entender o papel dos elementos normativos e o lugar dos valores últimos na conformação da ação dos precursores do capitalismo. Contra o reducionismo unilateralmente materialista da economia neoclássica e da biologia, ele frisou a importância das ideias, das normas e dos valores, elementos analíticos que fazem parte da “realidade última” e, como tais, configuram a ação social.

Segunda síntese: O “*estrutural-funcionalismo*”.[[7]](#footnote-7) A transição ao funcionalismo estrutural é levada a cabo em *The Social System* e *Toward a General Theory of Action*, ambos publicados em 1951. Passando da análise da ação à interação, o professor de Harvard abandona o ponto de vista centrado no ator para analisar não mais os elementos da ação, mas os elementos do *sistema de interação*, a ação sendo agora compreendida a partir dos *papéis* que os atores desempenham na sociedade e que os permitem coordenar suas ações. A ideia central é que as escolhas dos atores são normativamente reguladas por valores comuns que eles internalizam (Freud) no decurso de sua socialização (Durkheim) realizada no interior dos processos interativos (Mead). A inovação maior consiste na introdução de três sistemas integrados, neste caso o sistema de personalidade, o sistema social e o sistema cultural, este último recobrindo o todo e sendo compreendido como um conjunto de valores de orientação axiológica que orienta as decisões, estrutura as situações e regula as interações. As famosas “variáveis de padrão” (*pattern variables*) fazem parte do sistema cultural. Institucionalizadas, elas configuram as interações (sistema social); interiorizadas, elas também estruturam a subjetividade (sistema de personalidade). Parsons formaliza as variáveis de padrão em uma combinatória contendo cinco pares de variáveis (a saber, particularismo vs. universalismo, afetividade vs. neutralidade afetiva, difusão vs. especificidade, atribuição vs. desemprenho, orientação egocêntrica vs. orientação coletiva), as quais se apresentam como parte da situação e supostamente possibilitariam a mediação entre a dimensão normativa e a dimensão voluntarística da ação. Configurando analiticamente o espaço de possibilidades da orientação dos atores, elas representam uma escolha que estes devem fazer de modo a definir a situação e poderem agir em comum. Não demoramos em perceber que as variáveis de padrão são uma explicitação da oposição que Tönnies estabelece entre a comunidade e a sociedade. O particularismo, a afetividade, a difusão e a atribuição são as opções típicas das relações comunitárias (por exemplo, as relações familiares ou de vizinhança), enquanto o universalismo, a neutralidade afetiva, a especificidade e a performance caracterizam as relações societárias. Ainda que o estrutural-funcionalismo esteja formulado num alto grau de abstração, nunca podemos esquecer que a sua teoria foi formulada com a análise das profissões (legais, medicais, terapêuticas) em mente e com o nazi-fascismo como pano de fundo. Durante este período, Parsons estudou a fundo Freud e fez formação como psicanalista. Seus estudos da relação clínica entre o analista e o paciente informam significativamente os seus estudos empíricos sobre a profissão médica (Parsons, 1970: Parte 3).

Terceira síntese: *A teoria dos sistemas (AGIL)*.[[8]](#footnote-8) Após uma pesquisa sobre a organização de grupos com Robert Bales (Parsons, Bales e Shils, 1953), Parsons introduzirá o sistema de comportamento como o quarto subsistema de ação. A partir dos anos sessenta, cada sistema e subsistema será analisado e decomposto em termos de quatro funções elementares que ele deverá necessariamente preencher para a sua sobrevivência. Cruzando duas dimensões (orientação externa ou interna + consumatória ou instrumental da ação, referindo-se respectivamente aos fins e aos meios), Parsons distingue quatro funções que representam pré-requisitos funcionais do sistema de ação: *Adaptation* (eficácia econômica por meio da exploração bem-sucedida do meio – orientação externa do sistema, instrumental), *Goal achievement* (eficácia administrativa pela busca exitosa dos fins – orientação externa do sistema, consumatória), *Integration* (integração do sistema e coordenação das ações por fidelidade às normas – orientação interna, consumatória), *Latent Pattern Maintenance* (canalização de motivações e redução de tensões por fidelidade aos valores fundamentais de uma sociedade – orientação interna e instrumental). Uma vez que o arranjo das funções venha a ser formalizado segundo o paradigma AGIL, remetendo às quatro funções supracitadas, a análise funcional dos sistemas se transforma num exercício taxonômico de classificação complexo e bastante complicado (com distinções entre sucessivos níveis de análise imbricados por encaixe).

Em um primeiro momento, a análise geral das funções do sistema de ação assume a forma de uma análise de funções e de subsistemas. Cada sistema de ação contém quatro sistemas, os quais contêm, por sua vez, quatro outros subsistemas que reproduzem o esquema AGIL original. Assim, o sistema social é ele mesmo composto de subsistemas que asseguram, respectivamente, a adaptação ao mundo físico (a economia), a gestão de recursos necessários para a consecução de fins (a política), a coordenação das ações e a gestão de conflitos (as instituições de controle social) e a manutenção do equilíbrio (as instâncias de socialização).

Em um segundo momento, Parsons analisa as relações de troca entre os subsistemas e, inspirado pela cibernética, as ordena num esquema hierárquico onde o sistema cultural controla o sistema social, que controla o sistema de personalidade, que controla o organismo, qual por sua vez fornece a energia necessária aos sistemas superiores. Ele estuda as trocas sistêmicas *entre* os sistemas que compõem o sistema de ação, assim como *no interior* de cada um desses sistemas em termos de entradas e saídas (*input*-*output*). Essas trocas intra e inter-sistêmicas são efetuadas através de “meios simbólicos generalizados”. Em colaboração com Neil Smelser, Parsons (1956) reservou a análise das trocas inter-sistêmicas aos subsistemas do sistema social (a economia, a política, o sistema de socialização e a comunidade social). Para esse fim, ele estudou os meios simbólicos do dinheiro, do poder, da influência e do engajamento – os outros sessenta meios que seu esquema propõe foram deixados de lado.

Em um terceiro momento, Parsons aplica o esquema AGIL à história universal. Em *The Evolution of Societies* (1977), que combina dois textos previamente publicados sobre as sociedades primitivas, tradicionais e modernas, ele distingue quatro dimensões no processo de evolução humana e social – a capacidade de adaptação generalizada (A), a diferenciação estrutural (G), a inclusão (I) e a generalização de valores (L) – e estuda, em detalhe, os efeitos das três revoluções – a revolução industrial (A), a revolução democrática (G) e a revolução educacional (I,L) – que marcam o advento da modernidade. Nessa perspectiva evolucionista, uma sociedade progride na medida em que ela se diferencia de forma crescente (diferenciação progressiva dos sistemas de personalidade, sociais, culturais e orgânicos; diferenciação de funções no interior de cada um dos sistemas) e inventa novas modalidades de integração (o direito) para resolver os problemas de coordenação dos elementos que a compõem. A ideia central é que a diferenciação e a integração crescentes permitem a uma sociedade melhor se adaptar a seu meio.

Num último momento, Parsons introduz considerações de cunho mais metafísico e religioso em seu sistema, ao envolver toda a sua análise do sistema de ação em um sistema mais englobante – o “sistema télico das potencialidades humanas” (Parsons, 1978: 354-433). Em 1979, na ocasião de uma conferência na Alemanha organizada em sua homenagem, na qual participaram Jürgen Habermas, Niklas Luhmann e Wolfgang Schlüchter, falece o sociólogo mais influente do pós-guerra em decorrência de uma crise cardíaca. Em seus últimos dias, ele estava trabalhando num livro sobre a “comunidade societal”, correspondente ao sistema de integração I e representando uma esfera de valores compartilhados para além das divisões de classe e de raça. O livro foi publicado recentemente (Parsons, 2007), porém não sob o título que Parsons queria lhe dar – *The Action of Social Structure* –, o qual, fazendo referência à obra máxima de sua primeira síntese, resume bem o seu caminho da ação à estrutura ou sistema, passando pela cultura, a qual coloca um e outro em relação e movimento.

**O legado de Talcott Parsons**

No último período de sua vida, o sistema conceitual de Parsons se tornou tão labiríntico que muitos simplesmente se recusavam a adentrar em suas mazelas. O investimento na maquinaria conceitual da Grande Teoria era pesado demais (Mills, 1969). A verborragia escondia mal o vazio das abstrações. O oficio de sociólogo parecia então um gabinete de leituras sem retorno à vida real. No entanto, aqueles que entraram no labirinto acharam que a sua tentativa de repensar uma teoria geral da ação a partir de uma teoria dos sistemas tinha um ar conservador. Parte desta crítica pode ser explicada a partir de uma luta de classes no domínio da teoria, com a sua oposição, própria à época, entre a sociologia burguesa e o marxismo. O “consenso ortodoxo” que integrava o funcionalismo, o positivismo e o evolucionismo numa teoria analítica das sociedades modernas foi criticado e crescentemente recusado, como aludimos acima, por seu idealismo, positivismo, conservadorismo e americanismo.[[9]](#footnote-9)

A síntese magistral dos clássicos, realizada por Parsons, numa teoria funcionalista do sistema social já tinha ruído antes de seu falecimento. Por razões políticas (a guerra do Vietnam, a revolução mundial de 1968 etc.), mas também por razões intelectuais. Em geral, se alegava que a transição de uma teoria da ação para uma teoria do sistema tinha apagado o ator e o conflito numa visão consensualista do *status quo*. Os críticos queriam trocar Durkheim por Weber e Marx. Como alternativa, propuseram uma teoria materialista, dialética e crítica da dominação capitalista e da dependência colonial. A versão mais conhecida da história da sociologia do século XX (que se encontra em todos os manuais e estrutura boa parte dos cursos de teoria sociológica) repete a mesma história sobre agência e estrutura que todos nós conhecemos. Segundo esta narrativa consolidada, a síntese parsoniana se desfez nos anos 60. De um lado, vindo de baixo por assim dizer, a “fração da ação”, formada por uma coalização heteróclita de fenomenólogos (Schütz, Berger e Luckmann), analistas neowittgensteinianos (Winch, Louch), etnometodólogos (Garfinkel, Cicourel e Sacks) e interacionistas simbólicos (Blumer, Goffman, segunda escola de Chicago), avançou uma microssociologia situada contra as abstrações da teoria do sistema. Quer insistisse com Weber e Schütz na perspectiva do ator e na necessidade de fazer uma sociologia interpretativa que reconstruísse os motivos que impelem a ação, quer a partir de uma reinterpretação microssociológica de Durkheim, essa constelação de autores focalizava, de maneiras diversas e por vezes até mesmo incompatíveis entre si, a situação concreta da ação. Num caso, temos uma teoria da ação com interpretação das significações da ação e análise a partir da perspectiva do participante (primeira pessoa), noutro uma teoria das práticas com descrição da situação de interação com análise a partir da perspectiva do observador (terceira pessoa).

De outro lado, da esquerda, várias teorias do conflito, de inspiração hegeliano-marxista (Escola de Frankfurt, A. Gouldner), weberiano-marxista (Dahrendorf, Rex, C.W. Mills) ou durkheimiano-marxista (Althusser, Poulantzas, Therborn) atacaram os pressupostos consensualistas do estrutural-funcionalismo como ideologia do *establishment*. Contra a predominância das grandes universidades da costa leste dos Estados Unidos, reativaram uma concepção mais europeia da teoria, da luta e dos movimentos sociais. No terceiro mundo, uma nova geração de intelectuais considerava a teoria da modernização como uma justificação do imperialismo americano. A teoria da dependência (Cardoso e Faletto, 1970) reativou o velho argumento leninista segundo o qual a prosperidade das sociedades capitalistas ocorreu ao preço do empobrecimento de grandes partes do resto do mundo. A famosa frase sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” resume bem o argumento da teoria de Cardoso e Faletto.

O resultado desta crítica ambipolar foi a oposição quase-mítica do micro e do macro, do interacionismo e do estruturalismo ou, na linguagem herdada de Anthony Giddens, da agência e da estrutura. Como em todas as narrativas pedagógicas, a grande bifurcação já antecipa a sua resolução e a emergência de um “novo movimento teórico” nos anos 80 (Alexander, 1988), com Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas, Niklas Luhmann, Jeffrey Alexander e Randall Collins como protagonistas de uma nova síntese pós-parsoniana. O que é notável nesta história é que, com a exceção de Bourdieu, todos sofreram uma influência tão forte do mestre que as novas sínteses são todas rigorosamente pensadas a partir de Parsons.[[10]](#footnote-10) Com a exceção da teoria da estruturação de Giddens e da teoria das cadeias rituais de interação de Collins, todas são também, de uma maneira ou de outra, neofuncionalistas.

A história convencional da teoria sociológica do século XX esconde, portanto, a influência duradoura de Parsons. Para entender o que se faz na sociologia contemporânea, precisaríamos reconstruir sua história. Contra a visão que entende a revolução microssociológica dos anos 60 (Goffman, Garfinkel, Sacks) em oposição a Parsons, é necessário lembrar dos encontros regulares de Talcott Parsons, Alfred Schütz, Aron Gurwitsch e Harold Garfinkel em Nova York e Boston nos anos 40. Parsons contribuiu significativamente ao desenvolvimento de uma teoria interacionista. A etnometodologia de Garfinkel pode ser lida em oposição a Parsons, mas ela pode também ser entendida como uma releitura intencionalmente tendenciosa da questão da ordem social que o grande sociólogo tinha colocado no centro de sua teoria. Com e contra Parsons, que o orientou em Harvard, Garfinkel deslocou a questão da ordem do registro normativo para o cognitivo, e do nível macro para o micro ou até mesmo o nano (Garfinkel, 2016). Para este autor, a ordem social não vem de fora e não pode ser pressuposta. O sociólogo tem de investigar empiricamente como ela é continua e localmente produzida, *em situação*, pelos próprios atores. Deste ponto de vista revisionista, Randall Collins (2004), que também estudou com Parsons em Harvard e formulou a teoria das cadeias rituais de interação, possa talvez ser considerado como uma continuação heterodoxa e subterrânea de Parsons. Mantendo a importância teórica que Parsons deu a Weber e Durkheim, ele os reinterpretou a partir do interacionismo simbólico de Goffman e de Blumer. O resultado é uma teoria microssociológica ambiciosa e elegante do papel das emoções, dos rituais e das ideias na formação de redes interpessoais que constituem a sociedade e a história.

Anthony Giddens, por sua vez, fez carreira se opondo frontalmente a Parsons de duas maneiras. Primeiramente, contra a tese da convergência dos clássicos numa teoria da ação, aliás aquela mesma do primeiro Parsons, ele interpretou os clássicos a partir da problemática central da modernidade (Giddens, 1984). Nesta perspectiva, a análise do capitalismo (Marx), do racionalismo (Weber) e da divisão do trabalho (Durkheim) ganham destaque numa teoria sociológica do industrial-capitalismo e suas patologias (alienação, desencantamento do mundo, anomia). Em seguida, a sua teoria da estruturação foi pensada desde o início como um “manifesto não-funcionalista” (Giddens, 1979: 7). Criticando extensivamente os textos do sociólogo americano, ele recusou toda forma de explicação funcional que introduz o sistema como um ator teleológico, à maneira de uma reificação, e repensou a teoria social a partir das capacidades dos atores. Em vez dos papéis, ele desloca o eixo analítico para as *práticas* que produzem ou transformam o sistema social.

Parsons produziu sua teoria própria, mas como todos nós, ele o fez a partir de uma reinterpretação dos clássicos. Ocorre que os clássicos dele não são mais os nossos. Quem ainda lê Spencer, Marshall ou Pareto? Contudo, ainda hoje, todo o trabalho de reconstrução dos clássicos – com a exceção de Marx, que ele deixou propositalmente de lado[[11]](#footnote-11) - passa por ele. Assim, a recepção da obra de Max Weber na Alemanha por Wolfgang Schluchter, Jürgen Habermas e Friedrich Tenbruck é impensável sem Parsons e pode ser considerada uma extensão das suas traduções, introduções e interpretações do gigante alemão. Da mesma maneira, a reconstrução de Durkheim, seja como funcionalista e moralista (Bellah, Tiriyakian, Coser), seja como fonte da antropologia e da sociologia cultural (Geertz, Alexander), vem diretamente de Parsons. Até mesmo nosso entendimento da sociologia de Simmel (que não figurou na *Estrutura*) passa por Parsons (via Donald Levine).

Tentamos remontar à influência do primeiro Parsons sobre o desenvolvimento posterior da microssociologia, assim como sobre a interpretação dos clássicos. No entanto, quando se pensa em Parsons, pensa-se, acima de tudo e rotineiramente, em estrutural-funcionalismo e teoria dos sistemas. Na sua reconstrução sistemática da teoria de Parsons, Jeffrey Alexander (1983) apresentou um Parsons fortificado, mais crítico e mais simpático do que o original, capaz de responder e incorporar todas as críticas a ele dirigidas. Porém, o seu projeto para revitalizar o funcionalismo e criar artificialmente uma escola neoparsoniana já nasceu morto (Alexander, 1998). As investigações sistemáticas de história comparada das civilizações axiais de Robert Bellah e de Shmuel Eisenstadt, dois ex-colaboradores de Parsons, se situam explicitamente na linha de uma teoria evolucionista das visões do mundo sob inspiração de Max Weber e Talcott Parsons. A obra enciclopédica de Robert Bellah (2012) sobre a evolução religiosa, do paleolítico até a idade axial, na antiga Grécia, Israel, Índia e China, e sua influência no curso da história, é pensada como um preâmbulo para uma investigação mais ampla sobre o papel da religião na modernidade e na era global – uma investigação que foi, infelizmente, interrompida pela morte do autor. Na esteira de uma reflexão sobre a modernização, Eisenstadt (2003) substitui a ênfase funcionalista de Parsons por uma orientação histórico-comparativa de análise das civilizações. Neste contexto, ele desenvolve a teoria das modernidades múltiplas no interior de uma teoria da globalização que distingue várias trajetórias civilizacionais, estudando a dinâmica complexa da difusão, adaptação e imposição da modernidade numa perspectiva intercivilizacional. No Brasil, um neofuncionalismo difuso serve como pano de fundo para as teorias da “modernidade periférica” (Tavolaro, 2011). Recusando a ideia de que o Brasil representa uma versão subdesenvolvida/menos avançada da modernidade, elas se apoiam criticamente sobre a teoria da modernização de Parsons para demostrar como estruturas universais estruturam de maneira seletiva a sociedade brasileira – seletiva, porque a estrutura de classes modula a atualização do potencial modernizador de forma a reproduzir, em termos modernos e sob instituições modernas, a desigualdade que marca o país desde a sua colonização pelos portugueses.

Fora destes exercícios de sociologia histórico-comparativa, a teoria dos sistemas continua pujante; porém, com algumas exceções (Trevino, 2001), a discussão não passa mais por Parsons, nem pelos Estados Unidos, mas antes por Niklas Luhmann e a Alemanha. Luhmann também estudou com Parsons em Harvard, mas indo bem além dele nos caminhos da abstração e da generalização, ele conferiu prioridade ao conceito de estrutura sobre aquele de função, transformando o estrutural-funcionalismo num funcional-estruturalismo (Luhmann, 1971: 113-114). Enquanto Parsons pensou a reprodução sistêmica a partir dos processos internos ao próprio sistema que lhe permitem manter o equilíbrio, Luhmann (1971: 31-53) se perguntou como o sistema poderia se adaptar a seu ambiente, transformando continuamente as suas estruturas no processo. Nesta perspectiva, a tendência à estabilização dos sistemas sociais – do que resultou boa parte das mencionadas críticas de conservadorismo teórico – não aparece mais como um fim, mas como um problema e como uma indicação de que é necessário buscar alternativas funcionais que permitam ao sistema melhor se adaptar a seu ambiente. Essa passagem de um paradigma funcional, que pensa a relação entre partes e o todo, para um paradigma estrutural, que pensa a relação entre o sistema e o ambiente, coloca a questão da *redução da complexidade* no centro da análise. A ideia central é a de que o ambiente é sempre mais complexo e que, justamente para sobreviver e se adaptar, o sistema precisa estabelecer relações seletivas com seu ambiente e determinar com precisão os critérios de seu relacionamento com o mundo externo. Para que seus contornos não se evanesçam, o sistema precisa manter uma indiferença relativa perante o ambiente e suas mudanças contínuas. Na modernidade, esta seleção passa pelos subsistemas funcionalmente diferenciados e seus meios simbólicos generalizados, que definem rigorosamente os termos de engajamento do sistema com o seu ambiente a partir de um código binário (por exemplo, preço/sem preço para o subsistema econômico, falso/correto para o subsistema científico, legal/ilegal para o subsistema jurídico). Entretanto, para dar conta integralmente da reformulação da teoria dos sistemas de Parsons por Luhmann, precisaríamos de um outro capitulo. Aqui, só queríamos indicar ao leitor um campo infinito de estudo, de comparação e de investigação, além de ilustrar o alcance da influência parsoniana e sua irradiação internacional.[[12]](#footnote-12)

Parsons não só influenciou diretamente Luhmann, mas, mediante um debate entre a teoria dos sistemas e a teoria crítica da Escola de Frankfurt, ele influenciou também significativamente a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Já nos anos 70, Habermas estava trabalhando com uma série de distinções - entre trabalho e interação, de um lado, e sistema funcional e sistema cultural, de outro - que antecipam os conceitos que estruturam a sua teoria comunicativa da sociedade, do mundo da vida e da ação. Na *Teoria do agir comunicativo* (Habermas, 2012, II, caps. VII e VIII), ele vai se apoiar em Parsons para elaborar a distinção entre a integração social e a integração sistêmica da sociedade. Enquanto a primeira (correspondendo a funções I e L do sistema AGIL) se refere à coordenação da ação e à integração da sociedade pelas ações dos indivíduos e dos grupos que compartilham símbolos, normas e valores, a segunda (correspondendo a funções A e G em Parsons) tematiza como as ações são integradas no sistema mediante a intervenção dos subsistemas do mercado e do estado. Estes não precisam da consciência dos atores. Em acordo com Parsons, Habermas estima que a passagem da integração social para a integração sistêmica da sociedade faz parte da modernidade e representa um progresso funcional. Numa tentativa de reformular o diagnóstico marxista das patologias sociais da modernidade (alienação e reificação), ele critica, entretanto, Parsons, alegando que este se identifica a tal ponto com o sistema que ele não consegue mais diagnosticar quando a incursão do mercado e do Estado no mundo da vida se torna patológica. Este é o caso quando os subsistemas vão “colonizar” o mundo da vida, impondo a sua lógica sistêmica a esferas que só podem ser integradas mediante a intervenção comunicativa dos atores mesmos. É o que ocorre, por exemplo, quando a lógica financeira intervém nas relações amorosas, quando partidos políticos corrompem o sistema ou quando instâncias estatais impõem uma lógica burocrático-produtivista à educação. De toda forma, a teoria crítica de Habermas mostra, por outros meios e com outras intenções, a relevância, a pertinência e a atualidade de Parsons. Este não pode ser tratado como um “cachorro morto”, tampouco como um mero capitulo dum manual de teoria. Quem quer que estude com afinco a teoria geral da ação vai encontrar um eixo que permite não só entender melhor as teorias de ontem e de hoje, mas também preparar a teoria social do futuro. Não espero um renascimento da teoria funcionalista, embora não duvide que, daqui a trinta anos, juntamente com Marx, Weber, Durkheim e Bourdieu, Parsons ainda será considerado como um dos grandes clássicos da sociologia. Sem ele, não somente não poderíamos entender a história da sociologia, como não poderíamos fazer teoria sociológica. Talvez não seja exagerado dizer que o seu grande sistema de teoria sociológica seja o equivalente, para nós, da *Crítica da razão pura* de Kant.

Referências bibliográficas

Alexander, Jeffrey (1983): *Theoretical Logic in Sociology. Vol. IV: The Modern Reconstruction of Classical Thought: Talcott Parsons*. Berkeley: University of California Press.

Alexander, Jeffrey (1987): "O novo movimento teórico." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 2.4, 5-28.

Alexander, Jeffrey (1998): *Neofunctionalism and After*. Oxford: Blackwell.

Alexander, Jeffrey (2006): *The Civil Sphere*. Oxford: Oxford University Press.

Bellah, Robert (2012): *Religion in Human Evolution. From the Paleolithic to the Axial Age*. Cambridge: Harvard University Press.

Camic, Charles (1989): “Structure after 50 Years. The Anatomy of a Charter”, *American Journal of Sociology*, 95, 1, 38-107.

Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo (1970): *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

Collins, Randall (2004): Interaction Ritual Chains. Princeton: Princeton University Press.

Domingues, José Maurício (2012): *A sociologia de Talcott Parsons*. São Paulo: Annablume.

Eisenstadt, Shmuel (2003): Comparative Civilizations and Multiple Modernities. Leiden: Brill.

Fox, Renée, Lidz, Victor e Bershady, Harold (2005): After Parsons. A Theory of Social Action for the twenty-First century. Nova Iorque: Russell Sage.

Garfinkel, Harold (2017): *Estudos em etnometodologia*. Petrópolis: Vozes.

Giddens, Anthony (1979): *Central Problems in Social Theory. Action, Structure and Contradiction in Social analysis*. Londres: MacMillan.

Giddens, Anthony (1984): *Capitalismo e moderna Teoria Social: Análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber.* Lisboa: Presença.

Habermas, Jürgen (2012): *Teoria do agir comunicativo*. Vol. 2: *Sobre a crítica da razão funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes

Hamilton, Peter (ed., 1992): *Talcott Parsons. Critical Assessments*, 4 vols. Londres:

Routledge.

Luhmann, Niklas (1971): *Soziologische Aufklärung. Aufsätze zur Theorie sozialer Systeme*. Opladen: Westdeutscher Verlag.

Luhmann, Niklas (2009): *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Mills, C. Wright (1969): *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Parsons, Talcott (1951): *The Social System*. Glencoe: Free Press.

Parsons, Talcott e Shils, Edward (1951): *Toward a General Theory of Action*. Cambridge: Harvard University Press.

Parsons, Talcott, Robert Bales e Edward Shils (1953): Working Papers in the Theory of Action. Nova Iorque: Free Press.

Parsons, Talcott (1954): “The Problem of Controlled Institutional Change”, pp. 238-274 in Essays in Sociological Theory. Nova Iorque: Free Press.

Parsons, Talcott e Smelser, Neil. (1956): *Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory*. Nova Iorque: Free Press.

Parsons, Talcott (1961): “An Outline of the Social System,” pp. 30-84 in Parsons, T. et al. (eds.): *Theories of Society*, Vol.1, pp. 30-84. Nova Iorque: Free Press.

Parsons, Talcott (1964): “Some Theoretical Considerations Bearing on the Field of Medical Sociology”, pp. 325-355 in *Social Structure and Personality.* Nova Iorque: Free Press.

Parsons, Talcott (1967): “Some Comments on the Sociology of Karl Marx”, pp. 102-135 in *Sociological Theory and Modern Society*. Glencoe: Free Press.

Parsons, Talcott (1970): *Social Structure and Personality*. Glencoe: Free Press.

Parsons, Talcott (1977): *The Evolution of Societies*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Parsons, Talcott (1978): *Action theory and the Human Condition*. Nova Iorque: Free Press.

Parsons, Talcott (1984): “A formação de um sistema social”, *Humanidades* 2.6, pp. 28-62.

Parsons, Talcott (1991): *The Early Essays*. Chicago: Chicago University Press.

Parsons, Talcott (1993): "Cidadania plena para o americano negro? Um problema sociológico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 8.22.

Parsons, Talcott (2007): *American Society. A Theory of Societal Community*. Boulder: Paradigm Press.

Parsons, Talcott (2010): *A estrutura da ação social*, 2 vols. Petrópolis: Vozes.

Rocher, Guy (1976): *Talcott Parsons e a sociologia americana.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Martel, Martin (1979): “Talcott Parsons”, pp. 609-630 in Sills, David (ed.): International Encyclopedia of the Social Sciences. Volume 18. Biographical supplement. Nova Iorque: Free Press.

Quintaneiro, Tania e Monteiro de Oliveira, Maria (2002): *Labirintos simétricos
Introdução à teoria sociológica de Talcott Parsons.* Belo Horizonte: UFMG.
Rocher, Guy (1976): *Talcott Parsons e a Sociologia Americana*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Tavolaro, Sergio (2011): *Cidadania e modernidade no Brasil (1930-1945). Uma crítica a um discurso hegemônico*. São Paulo: Annablume.

Trevino, Javier (2001): Talcott Parsons Today: *His Theory and Legacy in Contemporary Sociology*. Lanham: Rowman & Littlefield.

Turner, Jonathan (1978): “Requisite Functionalism: Talcott Parsons”, pp. 39-68 in *The Structure of Social Theory.* Homewood: Dorsey Press.

1. Agradeço a Carlos Benedito Martins e a Herr Sell pela “encomenda” do texto. Acatei por causa da dimensão pedagógica do projeto. Como sempre, Cynthia Hamlin, Gabriel Moura Peters, Thiago Panica Pontes e Diogo Corrêa me acompanharam nas reflexões com comentários e sugestões. A primeira parte do texto vem de um verbete sobre Talcott Parsons (in Mesure, S. e Savidan, P. (org.): *Le dictionnaire des sciences humaines*, PUF, Paris, 2006, pp. 852-854) e foi traduzida com afinco por Thiago Panica Pontes. [↑](#footnote-ref-1)
2. Parsons teorizou a sua própria vida num artigo denso, escrito numa prosa cibernética que não facilita a leitura (Parsons, 1984). Para informação biográfica, cf. Martell, 1979, assim como a entrada na Wikipedia (EUA). [↑](#footnote-ref-2)
3. A literatura secundária sobre Talcott Parsons é vasta. Os melhores artigos foram reunidos e republicados em 4 volumes em Hamilton, 1992. Parsons não é para iniciantes. Para começar a exploração da vasta obra, recomendo Turner, 1978, Rocher,1976 e Alexander, 1983. Em Português, há Montaneiro & Oliveira (2002) e Domingues (2012). [↑](#footnote-ref-3)
4. Os ensaios de teoria aplicada mostram todo seu talento sociológico e seu engajamento social. Recomendo, entre outros, a leitura de suas pesquisas sobre o fascismo e a personalidade autoritária na Alemanha (1954), sobre a psicanálise e a profissão médica (1964) e sobre o movimento negro nos Estados Unidos (1993). Este último texto serviu de plano piloto para a obra de Alexander (2006) sobre a sociedade civil. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ainda existem alguns parsonianos convictos, tais quais Neil Smelser, Robert Bellah, Jonathan Turner, Victor Lidz, Marc Gould, os quais trabalharam com ele. Cf. Trevino, 2001 e Fox, Lidz e Bershady, 2005 para uma última homenagem ao mestre pela velha guarda. [↑](#footnote-ref-5)
6. O essencial da elaboração meteórica está concentrado nas partes 1 (especialmente nos capítulos 2 e 3) e 4. Camic (1989) oferece a melhor e mais completa análise da obra. [↑](#footnote-ref-6)
7. A apresentação mais sintética do estrutural-funcionalismo se encontra em Parsons e Shils, 1951, pp. 3-29. [↑](#footnote-ref-7)
8. Para uma apresentação sinóptica do sistema, cf. Parsons, 1961. [↑](#footnote-ref-8)
9. Para uma síntese das críticas, cf. o apêndice de Alexander, 1993, pp. 289-309. Para ser justo, deve se dizer que Parsons era um socialdemocrata convicto. Com uma única exceção, ele sempre votou nos democratas. [↑](#footnote-ref-9)
10. Pierre Bourdieu não formulou a sua teoria em oposição a Parsons. Sua teoria crítica da reprodução pode ser lida, porém, como um “funcionalismo às avessas” – as premissas do funcionalismo não são abandonadas, mas invertidas, de modo que o consenso agora reaparece sob a lente da dominação simbólica.

 [↑](#footnote-ref-10)
11. No seu texto sobre Marx (Parsons, 1967: 102-135), ele acertou ao afirmar que Marx não distinguiu entre política e economia, descartando-o, porém, injustamente e de modo demasiado rápido, como uma fase superada na sociologia. [↑](#footnote-ref-11)
12. A teoria luhmanniana é muito influente na Alemanha. A sua complexidade e a tecnicidade da sua linguagem dificultam a sua difusão fora do país. No Brasil, a escola luhmanniana tem excelentes representantes, como Marcelo Neves, João Paulo Bachur, Roberto Dutra e Pablo Holmes, que mesclam a analise sistêmica de Luhmann com a perspectiva crítica de Habermas para pensarem a exclusão social. [↑](#footnote-ref-12)